

## AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE POMPÉU-MG

Tatiane da Silva Duarte<sup>1\*</sup>, Matheus Anchieta Ramirez<sup>2</sup>, Pedro Drummond Rodrigues<sup>3</sup>, César Augusto Nunes<sup>4</sup>, Ana Clara Fernandes de Moraes<sup>5</sup>, Nayane Kelly Ciriaco Silva<sup>6</sup> e Isabela Lopes Samary<sup>7</sup>.

<sup>1</sup>Discente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil – \*Contato: [tatiane.silva.duarte15@gmail.com](mailto:tatiane.silva.duarte15@gmail.com)

<sup>2</sup>Docente do Departamento de Zootecnia - Escola de Veterinária - UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

<sup>3</sup>Discente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

<sup>4</sup>Discente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

<sup>5</sup>Discente do Curso de Aquacultura – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

<sup>6</sup>Discente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

<sup>7</sup>Discente do Curso de Aquacultura – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

### INTRODUÇÃO

A agricultura familiar enfrenta desafios resultantes do processo histórico de colonização, sendo frequentemente associada a uma atividade de menor status em comparação com a agricultura patronal. Sendo considerada de baixa capacidade produtiva.<sup>2,8</sup>

Os povos europeus que colonizaram o Brasil possuíam o objetivo de conquistar títulos de poder e nobreza. Além disso, eles estabeleceram um modelo produtivo que se baseava na posse da terra, adotando o modelo de produção em latifúndios, utilização de mão-de-obra escrava e produção de cultura de exportação, sistema denominado como plantation.<sup>2</sup>

Como consequência desse arranjo organizacional, a agricultura familiar sofreu grande impacto social. Tendo acesso marginal à posse da terra e atuando em mercados com elevado grau de exploração, foi historicamente excluída das políticas de incentivos à produção agropecuária.<sup>2,4,6,9</sup>

Deste modo, a configuração do meio rural brasileiro se deu marcada pela desigualdade social, que tem na concentração da posse da terra sua manutenção. Neste contexto, a política de Reforma Agrária é uma importante ação para a redução destas desigualdades. Porém, para além do simples assentamentos das famílias é necessário que estas contem com apoio de infra-estrutura, técnico e produtivo. Tendo na oferta de extensão rural fator primordial para o sucesso desta política.<sup>2,4,5,7</sup>

O projeto “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG” iniciou em 2012 com a proposta de desenvolver ações coletivas de conscientização e capacitação das comunidades de agricultura familiar que residem em assentamentos de reforma agrária e em comunidades remanescentes de quilombos em Pompéu-MG.<sup>1</sup>

O objetivo geral do trabalho é cooperar na ascensão social, econômica, cultural e política dos membros das comunidades rurais de Pompéu; engajar-se no comprometimento de fortalecer o sistema democrático no meio rural e no fomento do crescimento das habilidades individuais e coletivas dos indivíduos, com a consecução do desenvolvimento do indivíduo como cidadão.<sup>1</sup>

### METODOLOGIA

A Escola de Veterinária da UFMG estabeleceu e institucionalizou atividades em parceria com as comunidades rurais de agricultura familiar, notadamente de assentamentos de reforma agrária, visando atender às suas demandas. A Prefeitura Municipal, sindicatos de trabalhadores, associações, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), EMATER-MG e representantes das organizações dos agricultores e comunidades rurais intermediaram o contato dos agricultores com os integrantes do projeto, havendo o acolhimento direto das demandas destes sujeitos.

Todas as atividades do projeto são centradas nas demandas das comunidades, incluindo as etapas iniciais de preparação, tomada de decisões e implementação das ações. A interação dialógica é promovida, buscando a troca de saberes entre os membros da comunidade e a equipe da Escola de Veterinária.

Esta que se forma a partir de equipe multidisciplinar, inclui professores, alunos de graduação e pós-graduação. Mas, os estudantes de graduação são responsáveis pelas ações de campo permitindo-lhes ter experiência prática e desenvolver habilidades e conhecimentos.

O projeto, do ponto de vista comunitário, incentiva a organização e capacitação dos grupos para buscar seu próprio desenvolvimento. Além de questões sócio-políticas, também são abordados assuntos técnicos conforme demandados.

As atividades comunitárias são conduzidas por meio de métodos de comunicação presenciais, como reuniões, encontros, excursões e dinâmicas. Além disso, a metodologia dialógica e participativa é adotada para os trabalhos de orientação técnica aos produtores em seus sistemas de produção, conforme solicitado.<sup>1</sup>

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público atendido pelo projeto desde sua criação é de aproximadamente 1.566 pessoas. As atividades realizadas incluem o acompanhamento do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) em reuniões sobre problemas dos assentamentos, como dificuldades no abastecimento e qualidade da água.<sup>1</sup>

Em 2020, foi realizada a avaliação e caracterização da condição de vida de moradores da comunidade Saco do Barreiro afetados pelo uso de agrotóxicos no entorno de suas residências.<sup>1</sup>

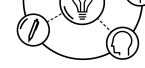
Com o atendimento dos produtores que se dedicam à produção animal, há avaliação da implantação de sistemas, acompanhamento da produção, manejo sanitário, alimentar, comercialização dos produtos, diagnóstico da propriedade, avaliação e recomendações técnicas. Como, por exemplo, a visita técnica na propriedade rural localizada no assentamento 26 de outubro que ocorreu em 2019, as atividades realizadas envolveram o acompanhamento do manejo de ordenha e procedimentos envolvendo o manuseio dos equipamentos e medicação dos animais. Em seguida, foi realizado o exame clínico e coleta de sangue de duas vacas doentes com suspeita de tripanossomose, visando à realização do diagnóstico laboratorial na EV-UFMG.<sup>1</sup>

Diversos cursos e eventos são realizados, como o curso de nutrição básica de ruminantes para a agricultura familiar, curso de defumação de pescado, curso de criação de peixes ornamentais para a agricultura familiar e o 1º encontro de comunidades de agricultura familiar do município de Pompéu-MG.<sup>1,3</sup>

Os benefícios resultantes dessas ações estão relacionados com a contribuição da produção agropecuária na cidade de Pompéu-MG e para agregação de valor aos produtos das comunidades. Além disso, com a realização de eventos e rodas de conversas com os agricultores familiares, há desenvolvimento da capacitação comunitária relacionada à autogestão, organizações sociais, discussões com o poder público para conquistar espaço e buscar oportunidades de mercado.<sup>1,6</sup>



**Figura 1:** 1º Encontro de Comunidades de Agricultura Familiar de Pompéu no dia 30 de julho de 2017 com a comunidade de assentamentos



## XII Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente

da cidade. Foram realizadas atividades como roda de conversas e exposição de produtos.<sup>1,3</sup>

9- DIESEL, V.; DIAS, M. M; NEUMANN, P. S. Pnater (2004 2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107–128. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 31 out. 2023.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o seu início em 2012, o projeto tem sido um das únicas fontes de assistência técnica para as comunidades que vivem nos assentamentos de reforma agrária do município. O projeto “Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG” atende aos princípios estabelecidos pela política de extensão universitária ao buscar uma integração dialógica com o público-alvo. É importante destacar que as atividades são planejadas e desenvolvidas em resposta às demandas e iniciativas da própria comunidade no município.<sup>1</sup>

Isso evidencia a importância da atuação da universidade pública em prol dessa população, reafirmando o compromisso social da instituição acadêmica e seu esforço para reduzir as desigualdades.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- SIEX/UFGM- Sistema de Informação da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto - 401533 - Ação para desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar no município de Pompéu-MG**. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/VerIdentificacao.do?id=94186&tipo=Projeto&modo=abrir>. Acesso em: 31 out. 2023.

2- GONÇALVES, Lúcio Carlos et al. **Tópicos de setor agrário e extensão rural**. Belo Horizonte: FEPE, 2019.

3- ESCOLA DE VETERINÁRIA- UFGM. **1º Encontro de Comunidades de Agricultura Familiar de Pompéu ocorreu nesse domingo**. 3 de agosto de 2017. Disponível em: <https://2019.vet.ufmg.br/noticias/exibir/3536/?l=portugues>. Acesso em: 31 out. 2023.

4- SILVA, R. O. P. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história**. Instituto de Agronomia Agrícola. Análises de Indicadores do Agronegócio. 2016.

5- BIANCHINI, V. **Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar**. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.

6- RAMBO, J.R.; DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A.N.; SANT’ANA, A.L. **Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso**. CONGRESSO DA SOBER, 53. p.1-15. 2015.

7- BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 147, n. 7, p. 1-2, 12 jan. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm). Acesso em: 31 out. 2023.

8- KNIERIM, A.; LABARTHE, P.; LAURENT, C.; PRAGER, K.; KANIA, J.; MADUREIRA, L.; NDAH, T. H. **Pluralism of agricultural advisory service providers – Facts and insights from Europe**. Journal of Rural Studies, [s. l.], v. 55, p. 45-58, out. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016716302042>. Acesso em: 31 out. 2023.

APOIO:

